

AVALIAÇÃO DO PACIENTES EM USO DE ANTICOAGULANTES ORAIS DIRETOS ATENDIDOS VIA JUDICIAL EM UM MUNICÍPIO DE MÉDIO PORTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NA Almeida, AO Baldoni, BM Kuchenbecker, DRA Rios

Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ),
Campus Centro Oeste Dona Lindu, Divinópolis, MG,
Brasil

Objetivo: Avaliar o perfil de pacientes que solicitaram anticoagulantes orais diretos (DOACs) via judicial. **Material e métodos:** Trata-se de um estudo descritivo realizado em uma cidade de médio porte do estado de Minas Gerais, utilizando dados secundários de indivíduos que adquiriram DOACs por meio da judicialização. Os dados sociodemográficos, características da solicitação, farmacoterapêuticas e clínicas foram coletados por meio de formulários dos processos judiciais, prontuários dos pacientes e o Sistema de Informações em Saúde (SIS) a fim de identificar pacientes que requereram os DOACS por meio de ação judicial. **Resultados:** Foram encontrados e analisados 74 processos de indivíduos que recorreram à justiça para a aquisição de DOACs. O medicamento mais solicitado foi a rivaroxabana (66,2%), seguido pela dabigatran (21,6%), apixabana (10,8%) e edoxabana (1,4%). Observou-se que 74,3% dos indivíduos eram do sexo feminino, com média de idade de 70 anos, 43,2% possuíam ensino fundamental incompleto, a maioria eram usuária do SUS (16,2%) e que 21,6% dos indivíduos já faleceram. As causas de internação mais observadas foram doenças cardiovasculares como, infarto agudo do miocárdio, fibrilação (FA), insuficiência cardíaca descompensada e marca-passo. Os diagnósticos mais frequentes foram FA (36,5%) e TEV (17,6%). Em relação à justificativa utilizada para prescrição de DOACs, 24,3% dos prescritores relataram comodidade em relação ao medicamento padronizado pelo SUS (varfarina). **Discussão:** O perfil dos pacientes que recorreram à justiça para solicitação dos DOACs é composto em sua maioria de idosos. A rivaroxabana foi o medicamento mais solicitado judicialmente e os diagnósticos mais frequentes foram FA e TEV. Estudos apontam que a prevalência de FA chega a quase dobrar a cada aumento de dez anos de idade, justificando o predomínio de pacientes em idade avançada. Embora as diretrizes atuais da Sociedade Europeia de Cardiologia e da American Heart Association recomendam amplamente os DOACs em vez dos antagonistas da vitamina K para a maioria dos pacientes com fibrilação atrial não valvar, a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (CONITEC) no Brasil rejeitou em 2016 a incorporação dos DOACs para o tratamento desses pacientes, com a justificativa que ainda existem incertezas sobre a eficácia e que existe limitações econômicas nos gastos com estes medicamentos. Importante destacar que, observamos uma escassez de informações importantes em grande número dos processos, sendo necessário recorrer a outras fontes de dados para conhecer melhor o perfil de judicialização. A ausência de dados nos processos e prontuários dos pacientes foram as principais limitações deste trabalho, embora esforços foram feitos para melhorar a qualidade e retratar a falta de informações.

Conclusão: Foi possível caracterizar a população que recorreu à justiça para adquirir os DOACs, porém, tivemos que utilizar outras fontes de dados, além dos processos, os quais faltam informações importantes para auxiliar o juiz a emitir um parecer e estas são baseadas, na maioria das vezes, em apenas uma opinião médica. A ausência de uma justificativa em grande parte dos processos sobre o motivo da escolha da terapia com os DOACs ao invés da varfarina, também é um ponto que deveria ser melhor apresentado nos processos, para que as políticas públicas possam ser utilizadas para intervir neste cenário.

<https://doi.org/10.1016/j.htct.2024.09.2120>

RELATO DE EXPERIÊNCIA ACERCA DA BUSCA ATIVA COMO FERRAMENTA DE FOMENTO DA ADESÃO AO TRATAMENTO DAS PESSOAS COM HEMOFILIA

JRP Bezerra, SSB Costa

Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do
Pará (HEMOPA), Belém, PA, Brasil

Introdução: A hemofilia é uma coagulopatia hereditária ligada ao cromossomo X, caracterizada pela deficiência ou anormalidade da atividade coagulante do fator VIII ou IX (BRASIL, 2015A; DUNCAN, 2018). Além dos episódios hemorrágicos que podem ocorrer espontaneamente ou após trauma, outra preocupação para pessoas com hemofilia-PCH é o desenvolvimento de inibidores, anticorpos policlonais da classe IgG, contra os fatores infundidos, levando a redução da resposta da PCH à terapêutica, intensificando os episódios hemorrágicos. O tratamento de eleição para PCH que desenvolveram inibidor ao FVIII é a imunotolerância, que consiste na infusão diária ou em dias alternados do concentrado de fator deficiente, na tentativa de dessensibilizar o paciente (BRASIL, 2015B). A falta de adesão é um dos principais problemas vivenciados pelas equipes de saúde, estando diretamente relacionada ao aumento da morbimortalidade dos pacientes devido a complicações da falta de controle de doenças crônicas (BRASIL, 2008; CFF, 2019). Este cenário remete à necessidade de intervenções ativas da equipe de saúde como uma estratégia para a promoção da adesão ao protocolo de tratamento das PCH com Inibidor, a exemplo da busca ativa dos pacientes eletivos à este protocolo e auxiliar o paciente na obtenção de melhores resultados (BRASIL, 2020). Dessa forma, o trabalho propõe avaliar a experiência de busca ativa das PCH com inibidor. **Metodologia:** Trata-se do relato de experiência da rotina de serviço de busca ativa de Pessoas com Hemofilia com Inibidor no ambulatório do Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - CHHP. O período do levantamento foi de agosto de 2023 a março de 2024. Foi realizado o levantamento no sistema de laboratório, sistema web coagulopatias e de prontuários para levantar e conhecer o perfil de adesão da PCH ao tratamento. O contato com as PCH com inibidor foi realizado por meio de ligação telefônica e envio de cartas via correio aos que não atenderam a ligação solicitando contato da PCH com o CHHP. **Resultados:** Considerando a importância do monitoramento da PCH com inibidor faz-se